

ATA N ° 06/ AM /2014

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE -----

Aos dezanove dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente.-----
2. Ata.-----
3. Designação de dois cidadãos para a CPCJ de Santiago do Cacém.-----
4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----
 - a) Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015; -----
 - b) Mapa de Pessoal para 2015; -----
 - c) Apoio às freguesias do Município; -----
 - d) Cedência de lotes de terreno à Cooperativa de Habitação de Vila Nova de Santo André, CRL (CHESANDRÉ) – Interesse Público da operação imobiliária.-----
 - e) Procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado; -----
 - f) Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA).-----
- 5.ATIVIDADE AUTÁRQUICA-----

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----
Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ricardo Campos da Silva Rico, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro Neves, Nelson José Bento Raposo, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata.-----

Não compareceram os membros: Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, António João Antunes Isidoro, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, e Joaquim António Gonçalves.-----

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e dos senhores vereadores M^a Margarida Costa R.C. Santos, Daniela Filipa Cópio Martins e Francisco Carrajola de Sousa.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

A Senhora Presidente procedeu à verificação da identidade e legitimidade da Senhora **Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida**, eleita da CDU, a qual declarou, por sua honra, aceitar as funções que lhe eram confiadas, **em substituição do Senhor Igor Filipe Almeida Guerreiro**.-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o Senhor **Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira**, eleito do PS, se fazia substituir na presente sessão, pelo **Senhor Carlos Alberto Lopes da Silva Tomás**, o qual se segue na mesma lista.-----

CANTE ALENTEJANO – SAUDAÇÃO-----

Pelo senhor António Albino, em representação dos eleitos da CDU foi apresentada a seguinte-----

“SAUDAÇÃO-----

Pelo Reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade-----

Cante alentejano, canto do trabalho que tem como significado, um estado de alma nascido nos campos, com temas como o sofrimento, as agruras da vida, a saudade, a desilusão, o sonho, o amor, a crença, a morte.-----

O reconhecimento do Cante Alentejano como expressão da cultura portuguesa e com a elevação a Património Cultural Imaterial da Humanidade pelo Comité Internacional da UNESCO constituiu-o, certamente, um motivo de orgulho e de satisfação para todos os cidadãos portugueses, particularmente aos alentejanos e à sua região.-----

Nesse propósito e no âmbito do aludido reconhecimento cultural e social, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Santiago do Cacem expressam através desta saudação a convicção de que a decisão tomada pela UNESCO, irá contribuir para a promoção e a salvaguarda da continuidade do Cante Alentejano, particularmente, dando um mote às novas gerações, incentivando-os ao surgimento de novos projetos musicais, turísticos e académicos nesta temática, projetos que podem servir como motor de desenvolvimento da região, contribuindo para um futuro sustentado aos jovens e combatendo, por sua vez, a desertificação e o abandono do país de mais jovens qualificados.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacem, pretende, ainda, congratular todos os que, com a sua dedicação, o seu empenho, o seu saber, tornaram possível a concretização de um objetivo tão nobre para um povo e para uma região onde o trabalho, vida e luta deu mote à expressão cultural aqui retratada, pelos cantadores alentejanos, pelos seus grupos corais e suas coletividades que ano após ano têm preservado e honrado o Cante Alentejano, bem como as muitas personalidades e entidades, desde logo, a Câmara Municipal de Serpa, que promoveram esta candidatura.”-----

MOÇÃO – ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015-----

Pela Senhora Teresa Alves, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015-----

Considerando que:-----

. O agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral

prevista na Lei das Finanças Locais (LEF) aferida a uma % da média dos três impostos que relevam para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e FFF. (Para uma variação de 17 % entre 2012 e 2013 do volume da receita do IVA+IRS+IRC, a variação proposta na alínea a) do artigo 85º é de 1.5 %); -----

. Para lá do artifício da cláusula limite dos 5% (inaugurada com a Lei de 2007) que faz com que a transferência não seja fixada em 1.952 milhões de euros, a Proposta de OE consagra ainda uma subavaliação do valor remanescente, ou seja mais 85 milhões que em 2014 (1.785 milhões em vez dos 1726 milhões). Adicionalmente faz o truque de cumprir a variação máxima dos 5 %, não referenciada como a lei determina ao FEF e Fundo Social Municipal (FSM), mas incluindo o IRS, conduzindo a que nos “acertos para impedir o aumento devido de transferências o FEF seja “martelado” de tal maneira que há municípios a perder 10% e mais desse montante (os municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto veem o FEF reduzir-se respetivamente em 15 e 19 milhões de euros!!);-----

. A verba autónoma para transportes escolares (23 milhões de euros), já por si comprovadamente insuficiente, passa a estar diluída no FSM;-----

. Pelo segundo ano consecutivo insiste-se no incumprimento do que a Lei estipula sobre transferências para Áreas Metropolitanas (AM) e Comunidades Intermunicipais (CIM), num quadro em que a própria regra de exceção (inaceitável) desaparece, incumprimento que se traduz em mais de 5 milhões de euros no seu conjunto; -----

. Estabelece a consignação do crescimento do FEF resultante da Lei das Finanças Locais (LFL) à realização da participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM) e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso);-----

. Impõe restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores; -----

. Determina a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do FSM no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas;-----

. Consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo:-----
Tetos de pagamento automáticos (e arbitrários) ao Serviço Nacional de Saúde (SNS);
Retenção em favor da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), de 0.1% do FEF;
Por “violação” da redução em 10% do volume de pagamento a 90 dias não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do PAEL; Por “violação” da não redução de trabalhadores; Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente; Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA . -----

Os eleitos da CDU propõem à Assembleia Municipal, reunida na sessão ordinária de 19 de dezembro de 2014, o seguinte: -----

1. Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2015, que contribuam para o seu enfraquecimento;-----

2. Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias; -----

3. Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta; -----

4. Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas

responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população.-----

5. Remeter esta moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE e divulgá-la junto da população. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que não podia acompanhar a Moção, porque o texto era muito técnico e não tinha tido a oportunidade de a ler, daí não conseguir ter o alcance total do seu conteúdo. Contudo, acrescentou que a mesma tinha um vício grave, dado que negligenciava o facto de estar inscrito no Orçamento de Estado um aumento de cento e oito milhões de euros para as autarquias, sem contar com os cento e trinta e dois milhões que vão receber do acréscimo do IVA, sendo que o Município de Santiago do Cacém irá receber mais seiscentos e cinco mil euros. Mais referiu que se tratava de um grande esforço, no sentido de premiar, de alguma forma, os municípios que fizeram um esforço de consolidação orçamental. -----

Referiu ainda que houve uma diminuição das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias, desde dois mil e dez, mas que no próximo ano será feita uma inversão desta realidade, a qual está refletida no Orçamento de Estado aprovado na Assembleia da República, o que a Moção em apreço não traduz. -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referiu que tudo o que pudesse ser feito no sentido de inverter as políticas dos sucessivos governos e principalmente do atual, devia ser aprovado. Acrescentou que a Freguesia de Santo André tem vindo a perder receita desde dois mil e seis, devido às políticas praticadas pelo atual governo e por aqueles que o antecederam, apesar da dinâmica da Junta de Freguesia, no sentido da obtenção de outras receitas, da publicidade, da realização de mercados e feiras e da melhor gestão do cemitério, as quais também continuam a descer devido à influência negativa das políticas do Governo nos orçamentos das famílias e nos resultados das empresas, o que se reflete no consumo e em consequência no comércio, na publicidade, na ocupação de lugares no mercado mensal, bem como na redução de obras. -----

Mais referiu que o resultado da gerência da Freguesia de Santo André, em dois mil e cinco, foi de trezentos e oitenta mil euros e que em dois mil e dez foi de quinhentos e trinta mil euros, sendo que a partir desta data a diminuição das receitas tem vindo a ser mais acentuada, pelas razões atrás referidas. Acrescentou que, tendo como referência a gerência de dois mil e dez, a Freguesia perdeu, em dois mil e catorze, cem mil euros, apesar da dinâmica da gestão continuar a ser a mesma. -----

Acrescentou que, com estes magros orçamentos, as autarquias não podiam fazer face a despesas com ações importantes para benefício das populações, e que as políticas financeiras cegas que tem vindo a ser seguidas pelo atual Governo e sob a alçada da *troika*, levou o País à situação difícil que enfrenta, contra as quais a CDU se tem vindo a debater, apelando às outras forças políticas que, de uma vez por todas, combatam de frente esta política, começando por aprovar a presente proposta de Moção. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, referindo que o Senhor Pedro do Ó Ramos afirmara que o Orçamento de Estado previa um aumento das receitas para os municípios, em geral, e que o Município de Santiago do Cacém irá receber mais seiscentos e cinco mil euros. Contudo, acrescentou que não lhe parecia que este valor se traduzisse num aumento líquido, dado que o Governo tinha manifestado a intenção de transferir mais competências para as autarquias, nomeadamente na educação e na saúde, sendo que as transferências para as autarquias não têm acompanhado o volume de despesas inerentes às mesmas, pelo que, lhe parecia que este era mais um presente envenenado que iriam receber. -----

Mais referiu que as autarquias têm vindo a perder receita, desde dois mil e onze, não só nas transferências do OE, mas também devido às restrições de outros fundos. -----
Referiu ainda que iria votar a favor da proposta de Moção. -----
Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a proposta de Moção a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. Seis abstenções dos eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Ricardo Campos da Silva Rico, Nelson José Bento Raposo, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Tomás, e dois votos contra, dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

PONTO DE SITUAÇÃO DAS OBRAS DA A26/IP8 -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, questionou, se a Câmara Municipal tinha informação sobre as movimentações que têm tido lugar nos separadores centrais, na zona da Bêbeda, e se estas seriam o prenúncio do reinício das obras na A26/IP8. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não tinha qualquer informação oficial sobre o reinício daquelas obras, acrescentando que só informalmente tomara conhecimento dos trabalhos com máquinas que estavam a ser executados no nó da via, perto do Hospital. -----

Mais informou que tinha reunido, por outras razões, com administradores da empresa Tecnovia, a qual faz parte do Consórcio que adjudicou as obras da A26, tendo aproveitado também para lhes colocar esta questão, à qual responderam que não se tratava de um retomar das obras, mas de intervenções pontuais naquela via, por razões de segurança. -----

Informou ainda que a Câmara Municipal estava a preparar uma ação judicial contra a empresa Estradas de Portugal, para que seja reposta a situação que existia no terreno antes do início da intervenção naquelas vias. Acrescentou que o recurso ao Tribunal tinha a ver com o facto de não ter resultado a via do diálogo, dado que não foram atendidos os sucessivos pedidos de reunião da Câmara Municipal àquela empresa e ao Senhor Secretário de Estado. Mais referiu que o Governo devia ter vergonha desta situação, cuja resolução não implicava um grande investimento, revelando a mesma um desnorte total e uma política de desleixo praticada pelo Governo, no qual já não era possível acreditar, esperando que pela via judicial a situação venha a ser resolvida. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, considerando lamentável que, desde o mês de maio, não tenha havido informação sobre este assunto. -----

Acrescentou que apesar de ter sido feito o anúncio da retoma das obras, havia ainda questões financeiras pendentes que o Governo não conseguiu resolver, aquando das negociações com o Consórcio, continuando as populações a sofrer com esta situação. Mais referiu que aquelas obras foram suspensas porque faziam parte de uma das famosas Parcerias Público Privadas (PPPs) que o Governo teve de rever, para cumprir com o plano de ajustamento acordado com a *troika*. -----

Informou ainda que no plano de investimentos, a médio prazo, da empresa Estradas de Portugal (EP), recentemente aprovado, consta a requalificação do troço da via entre as Relvas Verdes e Grândola, considerado prioritário e cuja execução poderá avançar ainda em dois mil e quinze, bem como a intervenção na EN 120 – IC1. -----
O Senhor Jaime Cáceres referiu que tinha muitas esperanças que estes investimentos se concretizassem, até porque, em dois mil e quinze, ia haver eleições. -----

CIDADE DE VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ – ARRANJOS EXTERIORES ---

O Senhor Jaime Cáceres felicitou a Câmara Municipal, o Executivo e principalmente os trabalhadores do Município, pelo excelente trabalho que estão a desenvolver nos arranjos exteriores, em Santo André, apesar dos poucos recursos financeiros de que a Autarquias dispõe. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, mesmo com poucos recursos, não deixavam de assegurar a limpeza e a higiene urbana, a execução e manutenção dos arranjos exteriores e outras ações, para benefício de todos os cidadãos, considerando que era de enaltecer o empenho de todos aqueles que fazem com que as cidades se desenvolvam. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que as populações reconhecem o esforço que tem sido feito pelas autarquias. -----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de setembro de dois mil e catorze até à presente data. -----

* Documento que será dado como reproduzido na presente ata com o número dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Atas -----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a Ata nº 05, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 26 de setembro de 2014. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a ata a votação, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte votos a favor e cinco abstenções, dos senhores Carlos Tomás, Angela Almeida, Pedro do Ó Ramos, Ana Raquel Nunes e Rui Madeira, por não terem estado presentes. -----

3. Designação de dois cidadãos para a CPCJ de Santiago do Cacém.-----

Pelo Senhor Vítor Paulo Barata, eleito da CDU, foi apresentada a seguinte **“PROPOSTA: Designação da cidadã Maria Gabriela Costa da Silva Campos Vargas Esteves**, natural da Freguesia de Cercal do Alentejo, Município de Santiago do Cacém, Professora do Ensino Básico (Aposentada), para **substituição da cidadã Maria Pereira Delgado**, por ter atingido o limite de mandatos naquela Comissão. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, e não havendo mais propostas, a Senhora Presidente colocou a proposta a votação, por voto secreto. -----

A proposta foi aprovada, com vinte e um votos a favor, quatro votos em branco e zero votos nulos.-----

A Senhora Presidente propôs o adiamento, para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, da designação de outro cidadão, devido à falta de elementos formais. -----

Proposta aprovada, por unanimidade.-----

OUTRAS OBSERVAÇÕES: O Senhor Vitor Paulo Barata questionou, se a Câmara Municipal tinha mais alguma informação sobre a situação da presidência da CPCJ, dado que a atual presidente estava incluída nos seiscentos e noventa e sete trabalhadores da Segurança Social que o Ministério pretende colocar em regime de requalificação. -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que só tivera conhecimento informal daquela medida do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, a qual na prática significava mandar para casa cerca de setecentos de trabalhadores, nos quais está incluída a Dr.^a Maria Adélia Silva, Presidente da CPCJ de Santiago do Cacém e da CPCJ de Sines. Acrescentou que depois de confirmar esta situação com a própria, contactou a Diretora Distrital da Segurança Social sobre o assunto, a qual informou que se tratava de um processo complicado e que não dependia dela a resolução do problema. Mais informou que, na semana anterior, tinha voltado a colocar o assunto àquela responsável, tendo a mesma referido que o processo estava em curso e que podia assegurar que a Presidente da CPCJ seria substituída por outra técnica.-----

Informou também que efetuou diligências sobre o assunto junto do Presidente nacional das CPCJ, o qual lhe transmitiu que conhecia o problema e que estava desenvolvendo esforços junto da entidade responsável, para tentar reverter a situação. -----

Referiu ainda que o problema de fundo que se colocava com a saída da Dr.^a Maria Adélia Silva da Presidência daquela Comissão, era o mesmo que se colocou havia alguns anos atrás, de ninguém querer assumir aquelas funções, sendo que agora pesava também o facto do bom trabalho que a atual Presidente tem desenvolvido, e que era reconhecido por todos, pelo que, estava sendo criada uma onda de solidariedade em torno da mesma, e nenhum dos elementos que compõem a Comissão estava disponível para assumir a presidência, sendo também esta a posição da Câmara Municipal. Acrescentou que não fazia qualquer sentido a colocação daquela Técnica na requalificação, quando está a desempenhar uma função na qual faz falta, e que é da maior importância para a comunidade, considerando que quem tomou esta decisão, em particular o Senhor Ministro da Solidariedade Social, mostrava uma enorme insensibilidade e desconhecimento da realidade.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento Dois Mil e Quinze, documentos previsionais definidos no ponto 2.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.* -----

FUNDAMENTOS: - Conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” -----

*Documentos que são dados como reproduzidos na presente ata, com o número dezanove, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Na apresentação dos documentos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os mesmos foram elaborados numa conjuntura económica negativa que todos conheciam, acrescentando que era preciso recuar dez anos para encontrar um orçamento com valores semelhantes ao que era agora apresentado, de 27.969.300,00€ (vinte e sete milhões novecentos e sessenta e nove mil e trezentos euros). Situação que resultava de um conjunto de políticas que têm vindo a asfixiar as autarquias. -----

Mais referiu que embora se verificasse um aumento de seiscentos e cinco mil euros das transferências do Orçamento de Estado para o Município, o Governo não cumpria com o princípio previsto na Constituição da República, da distribuição equitativa da receita dos impostos entre a Administração Central e as Autarquias Locais, dado que a percentagem da receita dos impostos foi reduzida de sete vírgula três para sete vírgula um por cento, e a Lei das Finanças Locais criou um travão ao aumento daquela percentagem que não pode ser superior a cinco por cento, quando o volume de impostos tem vindo a crescer.

Por outro lado, referiu que a importância das transferências previstas para dois mil e quinze era de onze milhões quatrocentos e quarenta e seis euros, quando em dois mil e dez foi de doze milhões oitocentos e trinta e nove euros, ou seja, um total de menos um milhão e quatrocentos mil euros, do qual o Município não dispôs, durante estes anos, para concretizar ações em benefício da população, os quais terão sido canalizados pelo Governo para pagar à Banca e juros de dívida. -----

Informou ainda que os seiscentos mil euros referidos não serão geridos pelos eleitos da Câmara Municipal, contrariando mais uma vez o princípio da autonomia do Poder Local, consagrado na Constituição, dado que esta verba está consignada para a amortização de dívida, de médio e longo prazo, à banca. Acrescentou que aos empréstimos existentes estavam associados *spreads* muito baixos que o Município conseguiu negociar com a Banca, sendo que, amortizadas estas dívidas, caso o Município venha a necessitar de outros empréstimos, para realizar obra, irá pagar juros mais elevados, daí concluir que estas medidas só servem para financiar a Banca. -----

Informou ainda que aquela verba está também consignada ao Fundo de Apoio aos Municípios (FAM), o que representa mais de um milhão de euros para o Município de Santiago do Cacém, num período de sete anos. -----

Relativamente a outras receitas, referiu que a tendência não era de crescimento. -----

Referiu também que o Plano Operacional do Alentejo ainda não tinha sido aprovado, e, mesmo que no início do próximo ano possam começar a ser publicados os avisos dos concursos para apresentação das candidaturas aos fundos comunitários, dificilmente terão reflexos substanciais, no ano de dois mil e quinze. -----

Mais referiu que apesar de todas as condicionantes da receita e não obstante a redução do pessoal na área operativa, a Câmara Municipal, com os recursos existentes, continuará a realizar obras de proximidade e outras ações, naquilo que for prioritário para a população e no sentido do desenvolvimento do Município, continuando a investir na educação e ação social, no apoio à família e aos alunos do ensino pré-escolar, nas refeições e no transporte escolar, bem como no apoio às pessoas mais idosas, através de pequenas reparações que sejam necessárias nos seus domicílios, entre outros, no âmbito do projeto engenhocas, da candidatura à Fundação EDP, continuando também a apostar na cultura e no desporto, desenvolvendo projetos municipais e apoiando as associações, acrescentando que, apesar da redução das receitas, não haverá cortes nos apoios ao movimento associativo e às juntas de freguesia. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, questionando sobre o número de alterações que foram feitas ao Orçamento e Plano de Atividades de dois mil e catorze.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que iria responder a esta questão mais a frente, no decurso da reunião. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que aguardava os dados que solicitara na Sessão anterior, relativos ao estudo da taxa do IRS, no Município.-----

Mais referiu que os apoios concedidos pelo Município à educação, faziam toda a diferença nos orçamentos das famílias e na vida das pessoas, considerando notável o esforço que é feito neste âmbito.-----

Referiu ainda que foi com alguma surpresa que leu a referência feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o Orçamento Participado, na sua intervenção aquando da discussão das GOPs na Câmara Municipal, ao classificar esta ação de *demagógica*. Mais referiu que o Orçamento Participado era uma bandeira do Bloco de Esquerda e que também o foi da CDU, acrescentando que pesasse embora o facto de a Câmara Municipal ser eleita para gerir o Município, chamar as populações para dar a sua opinião sobre o aquilo que consideram mais importante realizar, só podia ser classificada como uma iniciativa digna e positiva, pelo que, não podia deixar de mostrar a sua total discordância sobre aquela afirmação. -----

A Senhora Ana Raquel, eleita do PSD, questionou, se para além da intervenção na Escola nº 3 de Vila Nova de Santo André, estavam previstos investimentos noutras escolas do Primeiro Ciclo e no Pré-Escolar. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, começando por referir que discordava de alguns argumentos apresentados sobre o contexto social e económico em que o Orçamento foi elaborado, acrescentando que era verdade que os municípios, e os portugueses, em geral, sobretudo estes, têm sido chamados ao esforço de redução da dívida, mas que era preciso não esquecer que Portugal, o Estado, em dois mil e onze, não tinha dinheiro para pagar salários, pensões, saúde e educação, tendo sido obrigado a pedir setenta e oito milhões de euros de empréstimo, quase cinquenta por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB), ficando sujeito a um plano de ajustamento muito rigoroso.

Mais referiu que as dívidas devem ser pagas, e que este era um bom princípio, sob pena dos credores deixarem de financiar, discordando do que tem sido dito pelos partidos de esquerda sobre esta questão.-----

Acrescentou que esta situação de endividamento aconteceu a Portugal, à Grécia, à Argentina e a outros países que foram deixando crescer a dívida pública e o endividamento das famílias, até ficarem sem capacidade para cumprirem com os seus compromissos, o que originou muitas dificuldades, recordando que há vinte anos atrás a dívida pública era de vinte por cento e que a mesma quase duplicara.-----

Referiu ainda que o País tinha saído com sucesso do plano de ajustamento, o que não aconteceu com outros países, não tendo sido necessário recorrer a um segundo resgate, nem a um plano cautelar, recuperando desta forma a soberania económica, facto que era de salientar. -----

Mais referiu que quem pede setenta e oito milhões de euros tem que pagar juros altos, e que, mesmo com estas condições, a despesa primária do Estado caiu, pela primeira vez, tendo sido possível reestruturar o montante da dívida e os prazos de pagamento, bem como obter juros mais baixos e continuar a pagar a saúde e a educação e outras despesas, sem aumentar novamente os impostos. -----

Acrescentou que o aumento de impostos registado nos anos anteriores serviu para investir, nomeadamente na saúde, em particular na ULS do Litoral Alentejano, cujos resultados foram classificados, por uma conceituada instituição espanhola, entre os

melhores do País, relativamente ao qual esperava ouvir, na presente sessão, algumas congratulações. -----

Referiu ainda que se assiste em Portugal a uma mudança de paradigma, passando o País de uma economia de importação para uma economia de exportação e tendo em conta que o País está a crescer acima da média europeia, sendo que, com menos investimento público, poderá vir a obter uma taxa de crescimento de um vírgula três a um vírgula cinco. -----

Informou que Portugal estava englobado nos cinco países da Europa que mais depressa viram aprovados os seus planos operacionais, tal como tinha sido anunciado, nesta data, pela Senhora Comissária, ficando assim criadas as condições para que, no início do próximo ano, sejam publicados os avisos de abertura dos concursos, possibilitando às empresas a apresentação de candidaturas aos fundos comunitários, os quais privilegiam a qualificação, competitividade e internacionalização. -----

Relativamente às Grandes Opções do Plano, referiu que reconhecia o esforço da Câmara Municipal no apoio à educação, mantendo os níveis de apoio que têm vindo a conceder, acrescentando que são muitos os municípios que prestam apoio ao pré-escolar e ao ensino básico. -----

Mais referiu não compreender porque era novamente apresentada uma verba tão curta, de vinte e cinco mil euros, para apoio à economia, sem ser acompanhada de outras medidas neste âmbito, embora estejam previstos apoios a iniciativas de outras entidades, acrescentando que, para além dos apoios previstos, devia haver outras medidas de dinamização da economia local, da iniciativa da Autarquia. -----

Questionou se aquela medida prevista nas GOPs e que tem a ver com o Fundo de Apoio às Micro Empresas, inscrita também em exercícios anteriores, sem grande sucesso, não podia ser substituída ou complementada por outras medidas. -----

Referiu ainda que considerava positivo a inclusão nos documentos do projeto engenhocas, o qual também tinha defendido durante a campanha eleitoral do PSD, para as eleições autárquicas. -----

Sobre a questão do orçamento participado, referiu também não compreender por que razão o mesmo não era promovido, considerando que o facto de o orçamento ser curto era mais um motivo para procurar saber a opinião das pessoas sobre a gestão das verbas constantes no mesmo, sem receio de defraudar as suas expectativas, considerando que quando o orçamento é maior é fácil atender as vontades manifestadas pelas populações.

Em relação às transferências do Orçamento do Estado, referiu que o mesmo prevê o não aumento da massa salarial, medida que resultou de um acordo com os municípios, mas que, oitenta e cinco municípios o poderão fazer, considerando que se trata de premiar aqueles municípios que tiveram a capacidade de aplicar mais verbas na despesa de capital. -----

Concluiu, referindo que, mais uma vez, era apresentado um orçamento de gestão corrente. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, começando por referir que não queria ferir suscetibilidades, mas não podia deixar de comparar a intervenção do Senhor Pedro do Ó Ramos com o conteúdo do livro “Alice no País das Maravilhas”, perante as afirmações de que o País estava a andar para a frente, quando o povo está a sofrer tantas dificuldades. -----

Mais referiu que gostaria de lembrar erros de palmatória que se fizeram neste País, nomeadamente a entrega de quotas da agricultura, indústria e pescas no âmbito da Comunidade Europeia, condicionando gravemente a sua produção, sendo que, um país que não produz não pode andar para a frente. -----

Acrescentou que os jovens qualificados estão a sair do País e que a natalidade é cada vez mais baixa, o que irá ter repercussões na segurança social e condicionará o futuro, de forma irremediável. -----

Mais referiu que a situação económica e social que se vive no País foi criada pelo atual Presidente da República, o qual ao vender as quotas que acima mencionou, pôs em causa a produção, e deu cobertura aos bancos para estes incentivarem as pessoas a comprar a crédito, não só a casa, mas também mobílias, carros, férias e tudo o mais, fazendo com que as pessoas se iludissem, levando a que muitas famílias, com rendimentos até acima da média, fossem despejadas das suas casas, por não poderem suportar as dívidas, como tem testemunhado na sua Freguesia, vindo agora o Senhor Deputado dizer que se está no bom caminho, o que não passa de um logro, quando se sabe que a dívida privada ainda é maior que a dívida pública, e que as políticas praticadas têm sido para alimentar a grande finança, atribuindo prémios elevadíssimos aos gestores que garantem estas práticas, considerando que isto não era a Social Democracia que o Senhor Deputado diz defender. -----

Relativamente à participação da população, referiu que gostaria de enaltecer a Câmara Municipal pela iniciativa *Presidência nas freguesias*, levada a cabo pelo Executivo e técnicos municipais, os quais foram ao terreno ouvir as pessoas, para conhecer os problemas, considerando que o lugar onde as pessoas vivem era um espaço melhor para colocar os problemas do que dentro de uma sala, onde se acaba por discutir mais as questões políticas do que as opções de investimento, porque era junto das pessoas, vendo a miséria em que algumas famílias vivem, que se conhecia a realidade, falando com as pessoas, sem medo, olhos nos olhos, e só assim se podia afirmar que existe democracia participada, -----

Concluiu, referindo que a única forma de mudar a situação a que se chegou era derrubar o atual Governo, para que se possa prosseguir com outras políticas, direcionadas para a resolução das necessidades das pessoas, e apostando na produção, porque um país sem finanças não funciona, mas sem produção é um país morto. -----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que não acompanhava o Senhor Pedro do Ó Ramos na sua intervenção, porque o que o mesmo afirmara não se passava neste País, dado que a realidade de quem nele vive era outra, a de um Povo que sobrevive, à beira da pobreza. Situação que resultava das políticas de cortes à custa de quem trabalha e não daqueles que tem explorado as pessoas a vida inteira, os quais não sofreram cortes e cujas fortunam aumentaram. Acrescentou que as pessoas assumiram compromissos que podiam cumprir, e hoje não o podem fazer porque lhes foi roubado parte dos salários, o que levou a que muitos perdessem as suas casas, sendo que o dinheiro dos cortes não foi para desenvolver a economia e criar mais postos de trabalho, mas sim para aumentar o lucro do patronato e as grandes fortunas, porque o atual Governo está ao lado do patronato, não está ao lado do povo e das pessoas que passam dificuldades. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que também não queria ferir suscetibilidades, mas que era engraçado ouvir algumas afirmações dos membros do Partido Comunista, quando se conhecia os casos impressionantes de sucesso e a pujança dos regimes comunistas, pelo que seria de perguntar aos povos do leste se queriam voltar a viver aquela experiência, de uma economia dirigida pelo estado, gerando pobreza, e, quando até Cuba já mudara, não percebia como é que o PCP não mudava, acrescentando que também, em Portugal, no ano de mil novecentos e setenta e cinco, até barbearias foram nacionalizadas, porque não consideraram suficiente nacionalizar a banca e ocupar as terras. -----

Mais referiu que também era interessante falar de democracia, lembrando que o atual Governo foi eleito pela maioria dos portugueses, e que as próximas eleições era a oportunidade que existia para o mesmo ser derrubado, acrescentando que se poderia então perceber se o PCP tinha capacidade para ser governo neste País. -----

Referiu ainda que não fazia discursos de maravilhas, mas sim baseado em factos, acrescentando que Portugal estava a crescer e que, no ano em curso, a taxa de crescimento será, de zero vírgula oito a um por cento, de acordo com todas as estimativas de entidades credíveis. -----

Mais referiu que dez por cento dos portugueses pagam setenta por cento do IRS e que cinquenta por cento não pagam este imposto, acrescentando que nem todas as pessoas foram afetadas pelos cortes, porque houve aumentos nas pensões mais baixas, ao contrário do que estava previsto no PEC IV. -----

Acrescentou que o País estava, efetivamente, a andar para a frente, passando de uma situação de recessão, para uma situação de crescimento que se situava acima da média europeia, embora reconhecesse que havia muitas pessoas a passar de dificuldades, por estarem desempregadas. Contudo, acrescentou que as políticas ativas de empregos eram responsáveis por um terço do emprego criado e que dois terços eram criados pela economia a funcionar livremente, sendo que, durante os últimos vinte meses, o desemprego tinha vindo a cair. -----

Referiu ainda que a produção no País tem vindo a crescer e por essa razão tem aumentado o volume de exportações, passando de menos trinta, para quarenta por cento, em função do PIB, e que o objetivo era atingir mais de cinquenta por cento. Pelo que, a realidade demonstrava que se estava a produzir mais e a importar menos, considerando que o discurso de que não existe produção era estar a enganar os portugueses, até porque, havia mais jovens na agricultura, e na pesca foram, recentemente, aumentadas as quotas, em dezoito por cento, o que nunca tinha acontecido desde que o País era membro da Comunidade Europeia. -----

Mais referiu que tem sido possível tornar a economia mais sustentada e competitiva, sendo que, noventa por cento do tecido empresarial português é constituído por pequenas e médias empresas, sendo estas que têm levado o País para a frente, o que era de salientar. -----

Relativamente à Banca, considerou que a mesma era importante para financiar a economia, e que, sendo certo que estavam em curso processos judiciais contra alguns bancos e banqueiros, houve bancos que funcionaram bem e que se aguentaram neste período de crise, ao contrário do que aconteceu noutros países, acrescentando que embora os impostos sejam elevados, os mesmos não representam metade do que é preciso para financiar o Estado, o qual tem que se financiar nos mercados estrangeiros, e para o fazer tem que ter credibilidade. -----

Acrescentou que o País ainda enfrenta muitas dificuldades e que estava a sair duma crise tremenda, questionando sobre o que aconteceria se não fosse cumprido o programa de ajustamento, se não se tivesse negociado com a *troika*, como defendia o PCP, e que, certamente, se estaria na bancarrota, sem recursos para pagar salários e para financiar a economia, o que nos levaria a uma realidade semelhante ao que aconteceu nos países do leste, numa economia dirigida, onde o sistema financeiro não funcionava, em que a iniciativa privada não era permitida. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, referindo que o discurso sobre o facto dos indicadores económicos terem, aparentemente, vindo a melhorar, seria positivo e saudado por todos, independentemente da sua cor política, mas o problema era que esses resultados não se tinham refletido na vida das famílias, no seu conforto e no alívio das dificuldades no seu

quotidiano, as quais se mantinham e cada vez com maior acutilância, pelo que, não deixava de ser desesperante ouvir a Comunicação Social mencionar, constantemente, indicadores e termos económicos que para a larga maioria dos portugueses pouco representavam, porque não mudavam a sua realidade, a qual se agravava todos os dias, continuando as pessoas a emigrar, não por sua escolha, mas porque não conseguem emprego no País. -----

O Senhor João Pereira, eleito do PS, referiu que existiam duas formas de o Estado olhar para as pessoas, uma era considerar que devem ser protegidas e outra que devem ser usadas como marionetas para o defender, sendo esta última situação o que estava a acontecer. -----

Mais referiu que era ofensivo para quem não tem o que comer, ouvir falar em milhões, de forma permanente, nas televisões. Situação que poderá conduzir a que a democracia fique em risco, porque era preciso contar com a reação das pessoas. -----

Referiu também que aqueles que têm algum peso nas decisões das políticas nacionais, deviam pensar nas consequências das mesmas na vida das pessoas, considerando que era bonito falar em investimentos, mas o que estava a ser feito era no sentido da proteção da grande finança e não das pessoas, o que poderá levar a que, um dia destes, alguém se descontrole com a situação que tem vindo a ser criada. Acrescentou que era preciso cuidado com as medidas que são tomadas, e que o estado e o tipo de governo deverão ser repensados, para que acontecimentos históricos negativos não se repitam.

Relativamente ao orçamento participado e/ou participativo, referiu que lhe parecia que o Executivo Municipal andou a fazer demagogia, ao ir às aldeias para saber quais as preocupações das pessoas, não as deixando depois participar no orçamento. Mais referiu que era preciso coragem para promover o exercício de cidadania e aproximar o poder das pessoas. -----

Interveio o Senhor Rui Madeira, eleito da CDU, começando por referir a sua preocupação sobre a bitola europeia, dos caminhos de ferro, a qual a Espanha já adotara, enquanto Portugal ainda não o fez, com todas as consequências negativas que daí poderão resultar para as exportações, a partir do Porto de Sines e para o resto da Europa, não sabendo o que o Governo tem pensado sobre este assunto. Relativamente à questão da evolução económica do País, considerou que, efetivamente, tal como foi referido pela senhora Joana Filipe, a melhoria dos resultados que foi assinalada não se refletiram internamente, porque os níveis de consumo continuam a descer, dado que não existe poder de compra, situação que também se terá refletido no volume das exportações. ----

Mais referiu que Espanha dispunha de um Plano Operacional, há cerca de um ano, o qual estava a funcionar nalgumas vertentes, e que ficava satisfeito pelo facto do planos operacionais portugueses terem sido aprovados, tendo em conta a sua importância para as pequenas e médias empresas que sustentam a economia do País, as quais, apesar de poderem apresentar candidaturas aos fundos europeus, com taxas de financiamento favoráveis, continuam a ter muitas dificuldades devido à elevada carga fiscal que pesa sobre elas. -----

Destacou ainda o importante papel do Município no desenvolvimento da economia local, particularmente em Alvalade, contribuindo para a dinâmica da atividade agrícola que se tem vindo a registar, nos últimos vinte anos, através nomeadamente na cedência de terrenos à Cooperativa de Agricultores, constituída por pequenos empresários, na agilização de processos de investimento, no apoio técnico, e na instalação de empresas no Município. -----

Acrescentou que se pretende dar um impulso maior à produção de tomate naquela Freguesia, envolvendo todo o tecido empresarial, produtores, comerciantes e consumidores. -----

Interveio novamente o Senhor Jaime Cáceres, referindo que o que estava em discussão era o Orçamento da Câmara Municipal, e que o Senhor Pedro do Ó Ramos a desviava para questões da política nacional, porque não lhe interessava discutir o Orçamento Municipal, e, quando se sentia apertado, recorria ao discurso da *caça às bruxas*. -----

Mais referiu que no âmbito da discussão do Orçamento da Câmara Municipal eram abordadas questões relativas à política educativa e cultural e outras do Município de Santiago do Cacém, considerando que as autarquias geriam melhor os seus territórios do que o Governo geria o País, acrescentando que as câmaras municipais têm feito um grande esforço para baixar a dívida e que o que estava em causa era a asfixia dos municípios resultante das medidas do Governo.-----

Acrescentou que também se congratulava com o aumento da quota de pesca, mas que seria bom quantificar o que o País perdeu anteriormente.-----

Referiu ainda que em democracia era bom que se discutisse, sendo que, estava em discussão o Orçamento do Município de Santiago do Cacém para dois mil e quinze, e as Grandes Opções do Plano, até dois mil e dezoito, em que já estará em curso outro mandato.-----

Concluiu, felicitando o Executivo Municipal pelas contas apresentadas, esperando que, no futuro, continue a trabalhar da mesma forma, porque estava no bom caminho. -----

Interveio o Senhor Pedro Gamito, eleito da CDU, questionando, se percorrer as freguesias do Município para ouvir as pessoas sobre os assuntos que as preocupam, recolhendo opiniões e contributos, não era dar a possibilidade da sua participação no Orçamento. Acrescentou que na Freguesia de S. Francisco da Serra, à qual preside, o Orçamento da Junta ficou praticamente feito com esta ação, tendo a verba disponível sido canalizada para aquilo que as pessoas consideraram ser o melhor, e só não foram previstas mais ações, porque a Junta de Freguesia não tem dinheiro, devido aos cortes feitos no Orçamento de Estado. -----

Acrescentou que iria votar favoravelmente o Orçamento da Câmara Municipal, porque o mesmo refletia as necessidades das populações, indo ao encontro dos seus anseios, os quais serão concretizados. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que a ligação do Porto de Sines a Espanha, estava assumido pelo Governo como projeto prioritário, acrescentando que este assunto tem vindo a ser articulado entre os ministérios da economia dos dois países, bem como o escoamento de mercadorias a partir do porto de Aveiro para a Europa. -----

Mais referiu que pelo menos quatro por cento dos portugueses estavam melhor, tendo em conta que a taxa de desemprego baixara de dezassete para treze por cento, o que resultava das políticas ativas de emprego que tem vindo a ser adotadas. -----

Relativamente à discussão que tinha vindo a ser feita no decurso da reunião, referiu que se limitou a fazer uma abordagem sobre algumas questões introduzidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção. -----

Interveio novamente o Senhor João Pereira, referindo que seria melhor apurar a taxa de emprego, porque era mais simples e podia mostrar um retrato mais fiel da realidade. ----

Relativamente ao assunto em discussão, referiu ainda que tinha requerido à Câmara Municipal a informação sobre os montantes gastos com os concertos na Santiago e nas comemorações do 25 de abril, no ano em curso, nos quais terão sido despendidos cerca de cem mil euros, sugerindo que, no próximo ano, pelo menos metade desta verba fosse canalizada para alguma infraestrutura ou outra ação que ficasse no Município.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões colocadas, o qual começou por referir que não tinha presente o número exato das alterações efetuados ao Orçamento durante o ano em curso, e que, posteriormente podia fornecer estes dados ao Senhor João Pereira. -----

Relativamente às escolas, informou que estavam previstas várias intervenções, nomeadamente no sombreamento de um espaço na Escola Frei André da Veiga, e também na EB1 de S. Bartolomeu da Serra, assim como alguns melhoramentos na EB1 das Relvas Verdes, no parque infantil, na pintura da EB1 de Aldeia dos Chãos, nas instalações sanitárias da EB1 de Ermidas e nas EB1 nº 2 e nº 3 de Santo André. -----

Sobre o Orçamento participado, referiu que a Câmara Municipal promoveu esta ação durante alguns anos, sendo dois mil e onze o último ano em que a mesma ocorreu, e que esta experiência demonstrou uma baixa participação das populações nas sessões realizadas. Mais referiu que, no ano em curso, o Executivo Municipal optou por fazer algo que considerou que era mais importante para as populações, do que as convocar para uma sala de reuniões para falar sobre aquele documento, indo ao encontro das pessoas nos lugares onde vivem e, olhos nos olhos, conversar com elas e ouvir o que tinham a dizer. Acrescentou que embora esta seja a prática diária dos membros do Executivo, quiseram aprofundar ainda mais esta ação e, em conjunto com as juntas de freguesia, visitaram coletividades e empresas, ouviram os cidadãos nas ruas e promoveram reuniões com as populações, para perceberem os anseios e as prioridades dos cidadãos, tendo recolhido contribuições importantes que ajudaram na construção do Orçamento. -----

Mais referiu que a iniciativa *Presidência nas Freguesias* decorreu durante quatro meses, passados que eram cinco meses da campanha eleitoral. Acrescentou que *demagogia* era fazer promessas quando havia eleições e, durante quatro anos, não lhe dar qualquer cumprimento. -----

Referiu também que devia ser tido em conta o contexto em que aquele termo estava inserido na declaração de voto da deliberação da Câmara Municipal sobre as GOPs, o qual passou a citar “... referiu que para o atual mandato não foi previsto realizar o orçamento participado, considerando que, no atual contexto, esta iniciativa podia até ser interpretada como uma ação **demagógica**, tendo em conta os constrangimentos financeiros das autarquias,...” -----

Referiu ainda que os eleitos da CDU tinham um programa a cumprir, sendo esse o seu compromisso para com a população. -----

Sobre as questões de apoio ao desenvolvimento da economia local, começou por referir que a fraca adesão àquele Fundo, por parte das empresas, cuja verba, de vinte e cinco mil euros, voltou a ser inscrita no Orçamento para dois mil e quinze, tinha a ver com as taxas de juro praticadas pela Banca. Acrescentou que a Câmara Municipal chegou a ponderar a extinção do mesmo, intenção que deixou cair depois de discutir o assunto em reunião de Câmara e com os parceiros naquele projeto. -----

Mais referiu que os contributos para o desenvolvimento económico do Município não podem ser avaliados apenas com base naquele projeto, sendo necessário não esquecer a realização da Feira do Monte e da Santiago, entre outros eventos, a disponibilidade de terrenos nos diferentes Parques Empresariais do Município, a luta da Câmara Municipal contra o encerramento de serviços públicos de saúde, escolas, correios e tribunal, acrescentando que o Governo ao encerrar tribunais, escolas e outros serviços estava a por em causa o desenvolvimento dos municípios visados com estas medidas, porque as pessoas e as empresas procuram outros locais onde possam dispor daqueles serviços,

dando como exemplo a situação de uma empresa , em Ermidas, que emprega cento e oitenta pessoas, muitas das quais teve de recrutar noutros municípios. -----

Mais referiu que gostaria que a bancada do PS tivesse uma postura mais construtiva, apresentando propostas. -----

O Senhor João Pereira, eleito do PS, pediu a palavra, para uma intervenção, em defesa da honra, começando por referir que na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em fevereiro, tinha apresentado três sugestões que não foram consideradas, embora eleitos da CDU tenham reconhecido a pertinência das mesmas.-----

Acrescentou que na sessão ordinária de junho, os eleitos do PS, apresentaram uma Moção contra o encerramento do Tribunal, tendo os eleitos da CDU, exceto um, votado contra, argumentando agora que este é um dos fatores que leva a que algumas empresas não se instalem no Município. -----

Mais referiu que ia apresentar um requerimento, por escrito, sobre as alterações ao orçamento e a justificação das mesmas. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. Quatro abstenções, de eleitos do PS, senhores Nelson José Bento Raposo, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Tomás, e quatro votos contra, sendo dois de eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira e Ricardo Campos da Silva Rico, e dois dos eleitos do PSD, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO: Pelo Senhor João Pereira, eleito do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “Votei contra este Orçamento porque não vai ser executado em 2015, temos esta experiência de 2013 e 2014, o qual, o primeiro, foi alterado quinze vezes, e o segundo treze vezes. Este documento agora apresentada não é o que vai chegar a dezembro de 2015.”-----

Pelo Senhor António Albino, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “ O Plano e Orçamento agora votado e aprovado por esta Assembleia Municipal para vigorar no Município de Santiago do Cacém no ano de 2015, retrata a posição firme e combativa do Executivo Municipal contra as políticas do Governo que: -----

- a) Desinveste no apoio à infância;-----
- b) Desinveste na educação dos jovens;-----
- c) Desinveste na saúde e nos apoios sociais;-----
- d) Empobrece e cassa direitos de que têm sido vítimas os Portugueses que trabalham ou que subsistem com a pensão de reforma;-----
- e) Pratica políticas que visam empobrecer o poder local democrático e limitar a atividade municipal, prejudicando diretamente a população que servem;-----

O Plano e Orçamento ora apresentado, e aprovado pelo Executivo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, gerido pelos Eleitos da CDU, apesar dos cortes no financiamento das autarquias e no acréscimo de responsabilidades: -----

- a) Confirma a tendência para a redução do endividamento municipal; -----

- b) Apresenta políticas que visam dinamizar a atividade económica;-----
- c) Fomenta medidas com vista a melhorar o desempenho ambiental do Município;-----
- d) Cria medida de apoio as famílias em dificuldades;-----
- e) Promove medidas que visam a prática desportiva e a promoção da saúde; -----
- f) Apresenta um conjunto relevante de investimentos que visam a qualificação dos aglomerados urbanos;-----
- g) Promove um conjunto de iniciativas que visam aumentar a eficiência dos serviços municipais; -----
- h) Mantém o apoio às Juntas de Freguesia; -----
- i) Mantém o apoio aos Bombeiros, às instituições de solidariedade social e a prática das competências municipais no domínio do acesso à educação e ao ensino; -----
- j) Mantém o apoio às Associações Culturais, Desportivas e de Recreio; -----
- l) Mantém e em alguns casos melhora o seu apoio financeiro, institucional ou de mera colaboração e disponibilidade de sua estrutura à infância, aos jovens e aos idosos desfavorecidos, bem como ao desenvolvimento económico, sem perder de vista a cultura, o património e o associativismo, e ainda a higiene urbana e a qualidade ambiental. -----

Por tudo isto e, reconhecendo que estas não são as Grandes Opções do Plano que desejaríamos, são as opções possíveis face ao Orçamento de Estado aprovado por PSD/CDS, votámos a favor do Plano e Orçamento para 2015, que delineia uma estratégia de acordo com a realidade concreta que temos de viver em 2015, convictos que a sua execução terá resultados que se irão refletir na contínua melhoria da qualidade de vida da População do Concelho de Santiago do Cacém.” -----

--- b) Mapa de Pessoal para 2015; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1. Aprovar o Mapa de Pessoal para 2015*** -----

FUNDAMENTOS: De facto: Tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, o mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e é aprovado pela Assembleia Municipal. -----

De direito: De acordo com o disposto nos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.” -----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

--- c) Apoio às freguesias do Município; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Submeter à Assembleia Municipal a aprovação dos seguintes apoios às freguesias a atribuir em 2015, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações: -----

Apoio para Freguesias

(VALORES EM EUROS)

JUNTAS	Correntes	Capital	Total
Abela	3.776	3.332	7.108
Alvalade	5.510	4.565	10.075
Cercal	8.486	5.127	13.613
Ermidas	6.677	2.984	9.661
Santo André	6.618	8.341	14.959
São Francisco	3.826	1.552	5.378
União Santiago Cacem,S.Cruz e S.Bartolomeu	15.464	9.297	24.761
União São Domingos e Vale Agua	4.432	5.023	9.455
TOTAL	54.789	40.221	95.010

FUNDAMENTOS: De facto: 1. As freguesias são entidades autárquicas que prestam, por excelência, serviços de proximidade às populações;-----

2. Tal realidade acentua-se num Município como o de Santiago do Cacém, dada a sua extensão territorial e as diversas necessidades populacionais; -----

3. Estas autarquias recebem transferências da Administração Central, manifestamente insuficientes para que possam fazer face aos custos inerentes aos já referidos serviços que prestam às populações que, inclusivamente, ora se viram alargados por força do Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----

4. Ainda que competisse à Administração Central que as transferências de verbas que realiza para as freguesias sejam ajustadas e proporcionais às competências conferidas; --

5. Importa garantir a continuidade da prossecução, promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações através das Juntas de Freguesia. -----

6. Tendo em conta que se encontram em preparação e discussão os acordos de execução que irão permitir a transferência de verbas para o exercício das respetivas atividades; ---

7. Encontra-se previsto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 dotações que englobam os apoios ora em causa.-----

De direito: Artigo 33.º nº1, alínea ccc) e artigo 25.º nº1, alínea j) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, seis dos eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Ricardo Campos da Silva Rico, Nelson José Bento Raposo, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Tomás, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe. -----

Duas abstenções, dois dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes.-----

--- d) Cedência de lotes de terreno à Cooperativa de Habitação de Vila Nova de Santo André, CRL (CHESANDRÉ) - Interesse Público da operação imobiliária; -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** - Aprovar a cedência, a título gratuito, à CHESANDRÉ – Cooperativa de Habitação de Vila Nova de Santo André, CRL, dos lotes de terreno identificados com os números 1 a 28, e P1, P2, P3, P4 e P7, que integram o loteamento municipal da Courela do Baleizão, em Vila Nova de Santo André, para desenvolvimento do seu programa de habitação social. -----

Os referidos lotes encontram-se inscritos na matriz predial urbana da freguesia de Santo André sob os artigos 6854º a 6881º, 6910º a 6913º, e 6916º, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob os números 4659 a 4686, 4715 a 4718, e 4721, da referida freguesia. -----

Dois – Que esta cedência seja efetuada sob condição da CHESANDRÉ cumprir integralmente as condições anexas à presente informação, sob pena de se efetuar a reversão dos lotes ou parte dos lotes para o Município, em caso de incumprimento dos prazos para a execução das infraestruturas e/ou das construções, sem prejuízo das eventuais prorrogações que venham a ser concedidas pelo Município. -----

Três – Que esta cedência seja efetuada por acordo direto, à CHESANDRÉ, tendo em conta que os lotes se destinam ao desenvolvimento do programa de construção de habitação social, a custos controlados. -----

Quatro – Atribuir aos lotes a ceder o valor global de 990 400,00 € (Novecentos e noventa mil e quatrocentos euros). -----

Cinco – Que, atento o valor atribuído aos bens a ceder, se solicite à Assembleia Municipal autorização para a alienação dos referidos lotes de terreno, de acordo com as condições anexas,* tendo em consideração o fim a que os mesmos se destinam, e o manifesto interesse público da operação imobiliária a desenvolver pela CHESANDRÉ – Cooperativa de Habitação de Vila Nova de Santo André, CRL. -----

FUNDAMENTOS: Um – De acordo com o previsto na alínea ccc) do nº 1 do artº 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Dois – De acordo com o solicitado pela Cooperativa, com vista à concretização do novo programa de construção de habitação a custos controlados.”-----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referindo que a atividade da Cooperativa Chesandré colmatava alguns problemas de habitação existentes na Freguesia de Santo André, considerando que a mesma tinha uma gestão correta e apresentava uma construção de qualidade, com espaços exteriores bem ordenados, e a custos controlados, construindo de uma forma faseada, dando um novo incremento, a nível habitacional, à Cidade de Vila Nova de Santo André. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu conhecer o trabalho da Cooperativa e a qualidade dos seus investimentos, o que era de louvar. Contudo, tendo em conta que o número de fogos previstos, questionou se existia procura para os mesmos, relativamente à primeira fase, acrescentando que existe muita habitação no País, a qual supera a procura no mercado. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existem interessados nas habitações unifamiliares que estão previstas construir numa primeira fase,

acrescentando que, nos últimos dez anos, a Cooperativa tinha construído cerca de duzentos fogos, a custos controlados, sendo que uma parte já foi construída na fase do início da crise que se vive no País, não tendo os mesmos contemplado toda a procura existente. -----

Mais referiu que da intervenção prevista irá resultar uma mais-valia para o Município, o qual ficará com mais uma zona requalificada naquela Cidade.-----

O Senhor Jaime Cáceres referiu que havia muitas pessoas inscritas na Cooperativa, interessadas naqueles lotes, acrescentando que a procura era sobretudo para habitação unifamiliar, dado que, não existem terrenos disponíveis nos loteamentos municipais, para este fim.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, seis dos eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Ricardo Campos da Silva Rico, Nelson José Bento Raposo, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Tomás, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, e duas abstenções, dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, a Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia o prolongamento da Sessão, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

Foi **aprovado, por unanimidade**, o prolongamento da Sessão.-----

--- e) Procedimento concursal para recrutamento de trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Aprovar a abertura de procedimento concursal para recrutamento de: -----

- Um Técnico Superior (Veterinário). -----

- Seis Assistentes Operacionais (3 Cantoneiros de Limpeza e 3 Condutores de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais).-----

com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado destinado também a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. -----

2. Submeter a proposta a autorização da Assembleia Municipal. -----

FUNDAMENTOS: De Facto: Em situações excecionais e devidamente fundamentadas, pode a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e em conformidade com o artigo 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, autorizar a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos não detentores de uma relação jurídica de emprego público por

tempo indeterminado, fixando caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos: -----

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do município; -----

b) Seja demonstrado que os encargos com o recrutamento estão previstos no respetivo orçamento; -----

c) Impossibilidade de ocupação do posto de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade; ----

d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; -----

e) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira(PAEF), considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior.-----

Considerando: -----

1. Que o Município não dispõe de Veterinário Municipal para assegurar as atribuições e competências que legalmente lhe estão cometidas. -----

As atividades a desenvolver na Divisão de Comodidade Local/Serviço de Salubridade e Espaços Verdes na área da limpeza urbana, e na Divisão de Projeto e Obras, na área de água e saneamento e obras municipais, e a insuficiência de recursos humanos para garantir a qualidade do serviço a prestar, conforme demonstra a evolução global dos recursos humanos, a seguir indicada: -----

Evolução dos Recursos Humanos				
	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	30/09/2014
n.º trabalhadores	588	565	548	528

2. Que o recrutamento só tem efeito em 2015, com o valor estimado de € 29 800,00, cujo encargo se encontra previsto no orçamento de 2015, na classificação orçamental 02/01.01.04.04, com a dotação de € 38 100,00. -----

3. Que caso se verifique a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho pela inexistência de opositores com relação jurídica de emprego público e ou em situação de mobilidade especial, pode o órgão deliberativo autorizar a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída. -----

E tendo em conta os princípios de eficiência, racionalização e economia que devem presidir à atividade municipal, a abertura de novo procedimento concursal representa um injustificado dispêndio de recursos financeiros e de tempo, com duplicação de procedimentos e o adiamento na ocupação dos postos de trabalho causa grave prejuízo para o normal funcionamento do serviço e prossecução do interesse público.-----

4. O mapa comprovativo dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, em anexo; -----

5. Que foi cumprida a redução de 2% do número de trabalhadores, face aos existentes a 31 de dezembro, conforme mapa demonstrativo, em anexo. -----

De Direito: De acordo com o artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e artigos 48.º e 64.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que tinha ficado chocada com a posição do Senhor Vereador do PSD, aquando da discussão deste assunto na reunião de Câmara, ao defender o recurso ao *outsourcing* para contratação de pessoal para o Município, tendo em conta que se tratava de uma modalidade abominável que compreendia práticas incríveis e escabrosas que deviam ser banidas, as quais contrariavam o que está previsto no Código do Trabalho e na Constituição da República Portuguesa, acrescentando que as pessoas têm direito a um contrato de trabalho condigno. -----

Mais referiu que o Senhor Vereador, na sua intervenção, também tinha ignorado o que estava mencionado na alínea c) dos fundamentos da proposta, relativamente à impossibilidade do recurso a pessoal em funções públicas. -----

O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, referiu que também tinha ficado chocado com a postura do Senhor Vereador sobre este assunto, assim como considerava incompreensível que a Câmara Municipal e as freguesias tenham de pagar o IVA dos investimentos, bem como o facto dos salários do pessoal afetos a uma determinada obra serem contabilizados na despesa corrente, quando deviam entrar nas despesas de capital, como acontece nas empresas, o que contribui para o aumento da despesa corrente das autarquias, condicionando assim os gastos com pessoal, sendo depois fácil à direita dizer que as autarquias tem trabalhadores a mais, com o objetivo de entregar as obras a terceiros, promovendo a precaridade, o trabalho com horários que não são respeitados pelo patronato e com salários baixos, ou seja, a exploração dos trabalhadores, esquecendo que as empresas, o estado e as autarquias tem um papel social inegável, devendo respeitar os direitos dos trabalhadores, sendo esta a prática nas autarquias. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referiu que o *outsourcing* não era trabalho precário, mas sim a contratação de empresas que prestam serviços, acrescentando que precariedade existia em muitos municípios. -----

Questionou sobre a possibilidade do recurso a trabalhadores colocados na mobilidade especial para ocuparem os seis lugares a concurso. -----

O Senhor João Alberto Guerreiro, eleito da CDU, referiu que as pessoas devem ter trabalho, mas com direitos, não querendo para os outros o que não queria para si, considerando que o recrutamento de trabalhadores através de *outsourcing* é uma forma de exploração das pessoas, com vencimentos de miséria, os quais tem até que fornecer as ferramentas de trabalho. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, nos últimos nove anos, o Município reduziu o número de trabalhadores, contando com menos cento e trinta colaboradores, obrigando a muitas reestruturações internas, sendo que, a partir de dois mil e onze, foi imposta aos municípios uma redução de dois por cento no pessoal, criando grandes dificuldades de resposta, sobretudo nas áreas operacionais, tendo em conta o maior número de equipamentos e de espaços públicos que resultaram dos investimentos efetuados. -----

Mais informou que os trabalhadores em funções públicas, colocados na mobilidade, irão concorrer, tendo os mesmos prioridade na ocupação dos lugares. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, João Alberto Machado Guerreiro, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel Madeira dos Santos, António Albino,

Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, cinco dos eleitos do PS, senhores João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo, Marina Patrícia Basílio Pedro, Vera Lúcia da Costa Violante e Carlos Tomás, e um da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.-----

Três abstenções, sendo uma do eleito do PS, Senhor Ricardo Campos da Silva Rico, e duas dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes. -----

--- **f) Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente (AMAGRA).** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a proposta de alteração dos Estatutos da AMAGRA, conforme deliberação do Conselho Diretivo desta Associação de 12 de setembro de 2014.*-----

FUNDAMENTOS De facto: Um: O novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, que aprovou o Regime Jurídico do Associativismo Autárquico, impõe que as Associações de Municípios se adequem ao novo quadro legal; -----

Dois: Após aprovação da alteração dos Estatutos pelo Conselho Diretivo da Associação, devem os mesmos ser submetidos a deliberação do órgão executivo e órgão deliberativo de cada um dos Municípios Associados, para que, afinal sejam submetidos à deliberação da Assembleia Intermunicipal da AMAGRA. -----

De Direito: De acordo com artigo 109.º, sob a epígrafe *Estatutos*, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que determina as especificações dos estatutos das associações de autarquias locais de fins específicos, bem como as regras para a sua modificação.”-----

*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a Informação sobre a Atividade da Câmara Municipal nos meses de agosto a setembro de dois mil e catorze.*-----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número vinte e três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro da atas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que seriam facultados, por escrito, os dados sobre o IRS, solicitados pela Senhora Joana Filipe, eleita do BE. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram zero horas e vinte minutos.-----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

